

Um conflito secular com o homem branco

Índigenas exigem de deputados a regularização imediatas de suas terras, demarcadas desde 1993.

MARÍLIA DAMASCENO
DE BERTÓPOLIS

Parlamentares mineiros e representantes de instituições trabalhistas do Vale do Mucuri e do Jequitinhonha visitaram, na última sexta-feira, a reserva indígena Maxakali para se inteirarem dos problemas dos índios. Pelo pouco tempo em que ficaram na reserva – apenas hora e meia – eles não tiveram condições de ver de perto a miséria, a discriminação, a fome e a incompreensão.

Os deputados também não conheceram as terras indígenas, ocupadas por fazendas e estão sendo reivindicadas pelos índios através de uma campanha internacional articulada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e apoiada pelo Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tanto para os Maxakali quanto para os fazendeiros, a terra é fundamental para a sobrevivência de famílias inteiras.

MATO E CAÇA

A área, conhecida na região como "Aldeia", localizada no Vale do Mucuri, no Nordeste do Estado, é reivindicada pelos povos Maxakali. Luisinha Maxakali, uma das líderes da aldeia, faz um gesto amplo com os braços e fala que os índios precisam da terra para andar e criar os filhos. "Precisamos dela também para ter matos e caça", informa.

Enquanto isto, os fazendeiros defendem o que seus antepassados ocuparam no início do século e garantem ter o direito de permanecerem ali. Para o líder dos fazendeiros, Antônio "Beu" Pereira Sena, a terra dá o sustento para mais de 50 famílias. "A terra para o fazendeiro gera emprego, renda e impostos e o índio a quer apenas para andar e não fazê-la produzir", declara.

Não só a disputa de terras é a causa de conflitos entre brancos e índios. O choque cultural entre as civilizações branca e Maxakali é responsável por constantes desavenças. Os moradores dos municípios vizinhos à reserva da Funai, localizada no município de Bertópolis, a 822 quilômetros de Belo Horizonte, ignoram o grau de evolução dos indígenas e não compreendem sua cultura e rituais.

REIVINDICAÇÕES

Para eles, é incompreensível que os índios apanhem o que encontram pelo caminho: porcos, reses, galinhas, comida e roupas. Para os Maxakali, apanhar o que lhes garanta a sobrevivência é natural e faz parte de sua cultura. Semi-nômades, eles fazem longas caminhadas apanhando o que lhes é útil. A população da região é, na sua maioria, pobre, e as pessoas rejeitam a aproximação.

Durante a visita dos deputados – Maria José Hauelsen (PT), Carlos Murta (PPB) e dos presidentes das Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, João Leite (PSDB) e Ivo José (PT) – os Maxakali solicitaram gestões junto aos governos estadual e federal para que seja agilizado o processo de regularização de suas terras, demarcadas desde 1993. Eles reivindicaram também que o orçamento de 96 contemple recursos para a indenização dos fazendeiros que ocupam as terras; que o Inera reavalie o valor a ser pago pelas terras e que sejam marcadas audiências com a Procuradoria de Justiça do Estado e com a Procuradoria da República, para discutir uma solução rápida para o problema.

Segundo o Cimi, os Maxakali são o único povo que conseguiu conservar seus valores culturais, apesar das adversidades e da pobreza em que vivem. Apenas 20% deles falam Português e os rituais e danças seculares são preservados até hoje.

População desconhece a realidade

Tratados com preconceito, os Maxakali costumam beber para conseguir enfrentar uma sociedade hostil. Apesar da proibição da venda de bebidas alcoólicas, os comerciantes conseguem burlar a lei e é comum encontrar índios cambaleantes e alterados. Quando não conseguem encontrar bebidas, eles tomam álcool puro, desodorante, perfume e até acetona. O prefeito de Machacalis, Antônio Dias Martins, disse ser comum os índios defecarem perto das pessoas ou até mesmo manterem relações sexuais com suas mulheres em plena praça.

Tanto em Machacalis quanto em outras cidades, o incômodo é combatido com violência. No entanto, não há na Delegacia de Polícia de Machacalis, o município de acesso mais fácil para os índios, ocorrências policiais em que o homem branco é acusado de agressões. De janeiro de 1994 a janeiro deste ano, foram registradas 40 ocorrências contra os índios. A maioria delas é por abate de gado e furto.

Segundo o escrivão Evandro dos Santos Martins, da Polícia Civil de Machacalis, as denúncias contra os brancos são esporádicas e nem chegam a ser re-

gistradas. De acordo com uma autoridade local, que prefere não se identificar, é comum os índios sofrerem agressões físicas sérias, ameaças de morte e até serem assassinados. E mais: não é possível a ocorrência policial, porque as testemunhas temem os fazendeiros.

FUGA CONSTANTE

Em todas as cidades e lugares visitados pela reportagem do ESTADO DE MINAS, não existe nenhuma espécie de trabalho para sensibilizar a população. É raro encontrar um jovem que conheça a Aldeia ou a realidade dos índios. A população não sabe, por

exemplo, que os Maxakali estão num grau de evolução anterior à agricultura.

Eles tiveram os primeiros contatos com os brancos em 1734, quando uma Bandeira, que buscava escravos indígenas naquela região, os encontrou. Prenhados pelos brancos desbravadores e pelos inimigos Botocudos, os Maxakali foram aldeados em vários pontos da Bahia e de Minas Gerais. O excesso de trabalho imposto e o assédio sexual sofrido por suas mulheres fizeram com que os índios fugissem.

Na constante busca pela paz e isolamento, terminaram por se

refugiar entre as cabeceiras dos rios Jucuru e Itanhaém, onde foram localizados na época da abertura da estrada entre Teófilo Otoni e São Miguel do Jequitinhonha. Os moradores da região contrataram o "amansador" de índios Joaquim Fagundes para domesticá-los. Foi este homem que, sentindo-se prejudicado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), levou os Maxakali para Medeiros Neto, na Bahia, e começou a vender as suas terras, dividindo-as ao meio. Quando os índios retornaram, suas terras já estavam ocupadas pelos brancos.





Os fazendeiros exibem os títulos de propriedade e prometem lutar por suas terras



Dionília dos Santos, de 81 anos, revela que as terras do seu pai foram compradas em 1927

Área reivindicada tem 11 fazendas

A disputa entre índios e fazendeiros é por uma faixa de terras férteis, conhecida como "Aldeia". A atual área indígena Maxakali é constituída por duas glebas descontínuas: Água Boa e Pradinho, separadas por um corredor de 11 fazendas. Os fazendeiros se respaldam em títulos oficiais que lhes asseguram a permanência na área. Os documentos foram fornecidos pela Ruralminas e pelo governo do Estado.

A desbravadora Dionília Ricarda dos Santos, 81 anos, conta que foi para a as terras devolutas que seu pai comprou em 1927, junto com os irmãos João e Maria. Segundo ela, as terras, compradas de Deli José da Costa, estavam localizadas na área do Pradinho, onde

há hoje um posto da Funai. Dona Dionília explica que, por volta de 1930, fez uma casinha simples onde foi morar e teve seus filhos. "Nesta época, tínhamos uma bonita plantação de arroz, mas havia muita capivara que destruiu o arrozal. Buscando a caça, os índios foram se 'achegando', o que era bom para nós. A gente gostava deles, mas, pouco a pouco, eles ocuparam a terra e a família teve de se mudar", afirmou.

Em 1957, a família de seu marido, Luiz Figueiredo de Souza, 86 anos, vendeu e escriturou uma área limítrofe à de Severiano Pereira Sena. Esta terra foi titulada em 1963. Outros proprietários compraram o restante da terra da família. O filho caçula de Severia-

no, Antônio "Beu" Pereira Sena, 43 anos - vereador de Itanhém (BA) e líder dos fazendeiros da área - recebeu de herança 63 hectares, localizados entre as duas reservas. Seus dez irmãos também receberam partes similares na mesma área. Hoje, o fazendeiro desenvolve pecuária de leite e corte e agricultura de subsistência e garante que vai lutar pelos seus direitos.

SEM VIOLÊNCIA

Como nos velhos filmes de faroeste, vaqueiros vigiam o gado durante todo o dia. À noite, o gado é recolhido e dorme num curral fechado, próximo à sede da fazenda. Para reforçar a guarda, são usados cães. No entanto, todo es-

te trabalho não resolve em definitivo o problema dos fazendeiros. Segundo Paulete Ornelas, funcionário público em Bertópolis, os índios ainda assim conseguem abater as reses. "Eles matam as vacas perto de parir e os bezerros novos, deixando as vacas desesperadas, procurando pelos filhos", declara.

O fazendeiro Antônio Beu Sena diz compreender que os índios são caçadores e pescadores e que a reserva não tem caça nem pesca, porque eles mesmos devastaram as matas. Mas têm o direito de ir e vir pelas terras e de pescar nos rios. Ele acredita que a atuação da Igreja Católica contra os fazendeiros é perseguição e comprova que a terra lhe pertence por direito de compra, mostran-

do escrituras, títulos e registro. O líder dos fazendeiros calcula que foram abatidas mais de duas mil reses nas suas terras.

O fazendeiro Oscar Figueiredo de Souza, 50 anos, garante que não há tanta violência na região, como é divulgado. "Não entendo como as autoridades lêem as reportagens nos acusando de violência e não vêm aqui para apurar a verdade", desafia. Para o fazendeiro Laurindo Pereira Sena, 62 anos, o único chefe do SPI que resolveu os problemas dos fazendeiros, entre 1966 e 1972, foi o major Pinheiro. O major é hoje o fazendeiro Manoel dos Santos Pinheiro, que tem uma gleba de terras no caminho de uma aldeia para outra.



Os Maxakali fizeram uma longa caminhada para a reunião com os deputados, exigindo deles uma solução imediata

Foto: Euler Junior